

**Brasília-DF, 17 de junho de 2025**

Diretores da CNTI se reúnem com a Procuradora-Chefa do MPT 10ª Região



Nesta segunda-feira, dia 16/06/2025, o presidente da CNTI, **José Reginaldo** e o Secretário Geral, **Nelson Bonardi**, se reuniram com a **Dra. Paula de Ávila e Silva Porto Nunes**, Procuradora-Chefa da 10ª Região. A reunião foi motivada pelo interesse estratégico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) em promover a transição energética sustentável e justa dentro do setor industrial brasileiro e fomentar projetos de impacto socioambiental positivo. O principal objetivo da CNTI ao apresentar o projeto da Usina Fotovoltaica, que já está em desenvolvimento, foi buscar apoio institucional para viabilização dessa importante ação do sindicalismo industriário brasileiro, incorporando elementos de geração de emprego, capacitação profissional e energia renovável, alinhados à agenda nacional de desenvolvimento social sustentável.

Conferência Livre – Região Sudeste



A CNTI por meio da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso convida as mulheres trabalhadoras para participarem da

Conferência Live sobre a **Igualdade no Mundo do Trabalho, Autonomia Econômica e a Política do Cuidado**, que será realizada virtualmente através da plataforma ZOOM, dia 25/06 a partir das 9h.

Link para inscrições:

https://docs.google.com/forms/d/1R8vtOyuxzrffLpMGtLiJsHREWVFoDOv7XHVw0riInrg/viewform?edit_requested=true

Rendimento médio dos brasileiros chega a R\$ 3.270

Segundo o Dieese, é o maior valor já registrado no país



© Marcello Casal Jr / Agência Brasil

O rendimento médio dos brasileiros chegou a R\$ 3.270 no quarto trimestre de 2024, o maior já registrado no país. Os dados, divulgados nesta sexta-feira (13), são do boletim Emprego em Pauta, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

De acordo com o levantamento, entre 2014 e 2022, o rendimento médio no país manteve-se praticamente estável, com exceção dos anos 2020 e 2021, impactados pela crise pandêmica. No entanto, de 2022 até 2024, houve aumento de 7,5% no rendimento médio das pessoas ocupadas, que chegou a R\$ 3.270 mensais no quarto trimestre de 2024.

O boletim destaca porém que, embora o crescimento médio do rendimento tenha ficado em torno de 7,5%, entre 2022 e 2024, para todas as faixas de renda, os que ganhavam menos foram menos beneficiados. Para os ocupados com os menores rendimentos, o aumento foi equivalente a R\$ 76 mensais. Já para os 10% com maiores rendimentos, o ganho foi 12 vezes maior: de R\$ 901 mensais.

O levantamento mostra ainda que quase um terço dos ocupados, no último trimestre de 2024, continuava a receber, no máximo, um salário mínimo, enquanto os preços de itens básicos de consumo cresciam em ritmo mais acelerado do que a média da inflação, afetando diretamente os mais pobres.



Brasília-DF, 17 de junho de 2025

“Por isso, políticas que incentivem a criação de empregos formais, a valorização do salário mínimo e o uso de instrumentos de negociação coletiva são fundamentais para a melhoria da vida dos brasileiros”, destaca o texto.

Fonte: Agência Brasil

Gilmar propõe veto a cobrança retroativa de contribuição de não sindicalizados



TST

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, propôs ao Plenário da corte o veto à cobrança retroativa da contribuição assistencial imposta por acordo ou convenção coletivos a trabalhadores não sindicalizados.

A proposta foi feita no julgamento de embargos de declaração opostos contra o acórdão em que o STF decidiu, em 2023, que essa contribuição é válida, desde que seja assegurado aos empregados o direito de oposição.

O julgamento foi iniciado nesta sexta-feira (13/6) e tem previsão de conclusão no próximo dia 24. Até o momento, acompanhou o relator o ministro Alexandre de Moraes.

Cobrança de não sindicalizados

Trata-se da modulação temporal dos efeitos da decisão do STF. Ela vale apenas a partir do momento em que a corte decidiu pela legitimidade da cobrança.

A modulação é necessária porque, em 2017, no mesmo processo, o tribunal decidiu pela inconstitucionalidade da instituição de contribuições compulsórias do tipo a empregados não sindicalizados.

Contra esse acórdão houve embargos de declaração, julgados presencialmente e concluídos em 2023, quando houve a mudança dessa posição. Assim,

empregados não sindicalizados passaram cinco anos sem recolher contribuição assistencial.

“O reconhecimento da constitucionalidade da contribuição não autoriza a cobrança retroativa dos empregados não sindicalizados durante o período em que reconhecida sua inconstitucionalidade por força de decisão do STF, posteriormente retificada, tendo em vista os princípios da segurança jurídica e confiança legítima”, disse Gilmar.

Direito de oposição

O voto do relator ainda acolheu pedidos dos embargantes. O primeiro é para assentar a impossibilidade de terceiros interferirem no livre exercício do direito de oposição garantido aos trabalhadores não sindicalizados.

Com a decisão de 2023 que autorizou a cobrança sobre eles, tornou-se necessária uma assembleia para garantir a ampla divulgação do tema e, a partir daí, assegurar que o não sindicalizado possa se opor.

A Procuradoria-Geral da República, então, apontou ao STF o risco de intervenção por parte do empregador. Já o relator acrescentou notícias de que sindicatos têm imposto obstáculos ao exercício da oposição, por meio de sites instáveis ou prazos extremamente reduzidos.

“Diante disso, é fundamental registrar expressamente que é indevida qualquer intervenção de terceiros, sejam empregadores ou sindicatos, com o objetivo de dificultar ou limitar o direito de livre oposição ao pagamento da contribuição assistencial”, disse o ministro.

“É imprescindível, ainda, que os trabalhadores disponham de meios acessíveis e eficazes para formalizar sua oposição, assegurando-lhes o uso dos mesmos canais disponíveis para a sindicalização.”

Valores razoáveis

Por fim, Gilmar acolheu um pedido da PGR para que seja estabelecido que o valor da contribuição assistencial deve ser fixado em patamar razoável e compatível com a capacidade econômica da categoria.

“A definição do valor da contribuição assistencial deve ser construída de forma transparente e democrática, fundamentada nas reais necessidades sindicais e deliberada em assembleia, sempre buscando o equilíbrio entre o custeio das atividades e o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores.”

Clique [aqui](#) para ler o voto de Gilmar Mendes ARE 1.018.459

Fonte: Consultor Jurídico



Brasília-DF, 17 de junho de 2025

Comissão promove debate sobre alteração na legislação do Imposto de Renda



GettyImages

Proposta aumenta o limite de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto que altera a legislação do Imposto de Renda (PL 1087/25) realiza audiência pública nesta terça-feira (17), às 9h30, no plenário 8. O debate atende a pedido do deputado Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto.

Conforme Lira, a iniciativa impacta diretamente os contribuintes, as empresas, os entes federativos e o mercado financeiro. "A realização da audiência pública com a participação de especialistas e de representantes de entidades relevantes permitirá um debate qualificado e plural sobre os possíveis efeitos da proposta, contribuindo para o aperfeiçoamento legislativo e para a construção de soluções equilibradas e justas para o sistema tributário nacional", afirma.

Conheça a proposta

O PL 1087/25 aumenta o limite de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, a partir de 2026. A proposta do governo é compensar a isenção para quem ganha menos – que deve custar R\$ 25,8 bilhões por ano – aumentando a taxa sobre quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano.

Segundo o Ministério da Fazenda, a medida atingirá 0,13% dos contribuintes, que hoje pagam, em média, 2,54% de Imposto de Renda. Essa é a alíquota efetiva, ou seja, após as deduções legais.

Cronograma

A comissão especial foi instalada no dia 6 de maio e é presidida pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), vice-líder do governo. O colegiado é composto por 34 membros titulares e igual número de suplentes.

Pelo cronograma proposto por Arthur Lira, o relatório

deve ser apresentado no dia 27 de junho, e a votação na comissão está prevista para o dia 16 de julho.

Fonte: Agência Câmara

Comissão atrela aprovação da isenção do IR ao aumento de vagas para deputado

Em troca de aprovar o projeto, os parlamentares agora não só resistem em compensar a medida com o imposto maior para os mais ricos, mas também fazem novas exigências



Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso aprovou, na quinta-feira (12), uma proposta do governo federal que viabiliza a votação do projeto que isenta o pagamento do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e prevê desconto até R\$ 7 mil.

Contudo, parlamentares incluíram na matéria dois "jabutis" (jargão político dado a trechos colocados em projetos que não têm relação com o tema) que atrelaram no mesmo projeto o aumento de vagas na Câmara dos Deputados e o retorno do chamado orçamento secreto.

O objetivo central da matéria era somente alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para que, quando o projeto principal do IR for votado, seja válido definitivamente e não cinco anos como estabelece a atual legislação.

A inclusão dos "jabutis" soa como uma chantagem. Em troca de aprovar o projeto de aprovar a isenção, os parlamentares agora não só resistem em compensar a medida com o imposto maior para os mais ricos, mas também fazem novas exigências.

Isso demonstra que o governo terá uma batalha pela frente para beneficiar 10 milhões de pessoas que recebem até R\$ 5 mil por mês. Outros 5 milhões, que

**Brasília-DF, 17 de junho de 2025**

ganham entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil, terão redução no valor pago.

Para fechar a conta, com justiça tributária sem aumento de arrecadação, o projeto propõe a taxaço de apenas 141 mil pessoas que recebem mais de R\$ 50 mil por mês ou R\$ 600 mil por ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que a medida representa uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 30 bilhões, valor que será compensado com a tributação mais justa da camada mais rica da população.

“Nós descobrimos 141 mil brasileiros que têm uma renda superior a R\$ 600 mil, mas na verdade a gente está pegando na faixa de R\$ 1 milhão. O cara que tem R\$ 1 milhão de renda anual e não paga nem 10% de Imposto de Renda, que é alíquota que uma professora de escola pública paga”, lembrou.

Fonte: Portal Vermelho

CPMI do INSS deverá ser instalada nesta terça-feira

Comissão deverá ser presidida pelo senador Omar Aziz; relatoria ficará com o PL, que avalia indicar Coronel Crisóstomo ou Coronel Fernanda

Andressa Anholeta/Agência Senado



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deverá formalizar nesta terça-feira (17) a leitura do requerimento que institui a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), destaca

a jornalista Tainá Falcão em sua coluna na CNN Brasil. O líder do PSD no Senado, Omar Aziz (AM), é o nome indicado para presidir os trabalhos do colegiado.

A relatoria será destinada ao Partido Liberal (PL), que ainda discute se indicará o deputado Coronel Crisóstomo (PL-RO) — responsável por articular as assinaturas para criação de uma CPI na Câmara — ou a deputada Coronel Fernanda (PL-MT), que teve protagonismo na coleta de apoio para a versão mista da comissão.

A CPMI seria inicialmente instalada em 27 de maio, durante sessão do Congresso Nacional. No entanto, diante da falta de acordo sobre a apreciação dos vetos presidenciais, Alcolumbre optou por adiar a convocação para 17 de junho. A decisão, na prática, favoreceu o Palácio do Planalto, que ganhou tempo para organizar sua estratégia de atuação diante do avanço da comissão.

A movimentação foi reforçada após o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva (PT) conversar com o senador sobre o processo. A partir daí, líderes governistas passaram a reconhecer que a instalação da CPMI se tornara “irreversível” e que caberia ao governo montar uma base experiente para enfrentar os debates e embates.

Para além da indicação de Omar Aziz, a base governista trabalha com a possibilidade de reforçar sua representação com nomes já testados em comissões anteriores. A chamada “tropa de choque” do governo incluiria os senadores Randolfe Rodrigues (PT-AP), Jaques Wagner (PT-BA) e Fabiano Contarato (PT-ES), todos com atuação destacada na CPI da Covid.

Fonte: Brasil247

Economia brasileira avançou 0,2% em abril, diz prévia do Banco Central

Considerado pelo mercado como uma prévia do PIB, o IBC-Br teve desempenho positivo nos quatro primeiros meses de 2025.



Prévia do PIB foi puxada pelo setor de serviços em abril.
Pablo De Luca/Fotoarena/Folhapress

A economia brasileira avançou 0,2% em abril de 2025, segundo o IBC-Br do mês. O índice, divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (16), é considerado pelo mercado como uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado desacelerou em comparação com março, quando a prévia do PIB tinha avançado 0,8%. No mês, a alta veio do setor de serviços, que compensou a retração na indústria e na agropecuária. O índice também indica um crescimento de 4% na atividade econômica nos últimos 12 meses.

Com as altas sucessivas em 2025, o IBC-Br também retomou, nesse mês, o patamar de atividade econômica mais alto da série histórica. Isso significa que ele se recuperou das quedas registradas no segundo semestre de 2024, quando a economia esfriou.

Fonte: Congresso em Foco